COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.300, DE 2022

Apensado: PL nº 5.269/2023

Altera o art. 171, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar o crime de moeda virtual.

Autor: Deputado CLEBER VERDE

Relator: Deputado MARCELO CRIVELLA

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.300, de 2022, de autoria do Deputado Cleber Verde, que visa aprimorar a legislação penal ao criar o crime de fraude mediante o uso de ativos virtuais (moeda virtual).

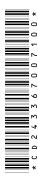
A Justificação da proposição legislativa afirma que a facilidade em tornar irrastreáveis as operações com ativos virtuais, as tornam o instrumento ideal para a prática de condutas ilícitas.

Fora apensado ao projeto original o Projeto de Lei nº 5.269, de 2023, de autoria do Deputado André Fernandes, que visa tornar mais rigorosa a pena prevista para o crime de estelionato; cria causa de aumento de pena para a utilização de mais de uma ação ou omissão para manter a vítima em erro; aumenta a pena prevista para o crime de fraude eletrônica; e cria causa de aumento de pena para a utilização de criptoativos ou outras moedas digitais em fraude eletrônica.

O projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o





art. 24, inciso I e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Incumbe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

O Projeto de lei e o apenso sob exame atendem aos pressupostos de constitucionalidade referentes à competência da União para legislar sobre a matéria, bem como à inciativa parlamentar para apresentação de proposta sobre o tema, nos moldes traçados pelos arts. 22 e 61 da Constituição Federal.

Além disso, a proposta não afronta as normas de caráter material constantes da Carta Magna, tampouco os princípios e fundamentos que informam nosso ordenamento jurídico.

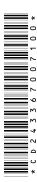
No que tange ao mérito, o Projeto de Lei nº 1.300, de 2022, e o respectivo apensado Projeto de Lei nº 5.269, de 2023, visam enrijecer a repressão ao crime de estelionato e ao crime de fraude eletrônica, quando utilizado ativo virtual ou qualquer criptoativo.

Os criptoativos são um conjunto de ativos armazenados em rede, que utilizam a criptografia como recurso de segurança. As operações que os envolvem independem de fiscalização por uma instituição financeira ou bancária, o que lhes atribui a característica de aplicação descentralizada.

Por utilizarem a criptografia como recurso de segurança, a rastreabilidade de toda a cadeia de transação torna-se uma árdua tarefa, por vez impossível. Assim, por garantirem o anonimato, os criptoativos são instrumento ideal para a prática de fraudes eletrônicas.

À vista disso, embora o Projeto de Lei nº 1.300, de 2022, não inove significativamente na legislação pátria, tendo em vista a vigência da Lei





nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, que inseriu o artigo 171-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o autor demonstra uma preocupação válida e ainda atual.

Deste modo, dada a importância da contínua aprimoração das proteções legais contra crimes cibernéticos e considerando o princípio penal da taxatividade, o presente Projeto merece aprovação nos termos do substitutivo em anexo, que insere a fraudulenta organização, gestão, oferta ou distribuição de criptoativos ou outras moedas digitais não fiduciárias análogas a redação do art. 171-A.

No que concerne ao Projeto de Lei nº 5.269, de 2023, apensado, se faz necessária a adequação à proporcionalidade das penas e a legislação penal vigente, se destacando a desproporcionalidade do aumento de pena sugerido para o crime de estelionato (reclusão, de quatro a oito anos, e multa) e para o crime de fraude eletrônica (reclusão, de cinco a quinze anos, e multa). Por se tratar de crimes contra o patrimônio sem violência ou grave ameaça à pessoa, os referidos aumentos tornam-se desarmoniosos com o sistema de proteção criminal quando confrontados com as penas previstas para os crimes contra a vida, por exemplo.

Sendo assim, tendo em vista que o princípio da proporcionalidade impõe ao legislador a obrigação de estabelecer penas proporcionais à gravidade do delito, os aumentos de pena para os crimes previstos no art. 171, *caput*, e art. 171, §2°-A, ambos do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), serão ajustados no Substitutivo em anexo.

Ademais, em relação à causa de aumento de pena proposta para a utilização de mais de uma ação ou omissão para manter a vítima em erro, cabe-nos destacar a imprecisão da redação da causa de aumento proposta, pois, tratando-se do mesmo contexto fático, a pluralidade de ações constitui unidade delitiva, ou seja, um único crime de estelionato. Por sua vez, tratando-se de pluralidade de condutas e de contextos diversos, mas com idêntico *modus operandi*, temos a constituição do crime continuado, nos termos





do artigo 71, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Deste modo, a redação da referida proposta é imprecisa, uma vez que não nos permite definir se está disciplinando uma única ação ou diversas ações delitivas com o mesmo *modus operandi*, uma evidente violação ao princípio da taxatividade penal. Ainda que a redação fosse precisa e aplicável apenas a contextos diversos, a norma não inovaria no sistema jurídico ante a previsão geral de causa de aumento de pena para o crime continuado, prevista no art. 71, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Portanto, sugere-se a retirada dessa parte do texto, a fim de evitar possíveis conflitos normativos.

Ainda no mérito, cabe salientar que a redação do §3°, do art. 171, contida no Projeto em apenso, é idêntica à redação vigente, motivo pelo qual o referido parágrafo não será incluído no Substitutivo em anexo, ante a ausência de juridicidade.

Por fim, no que se refere à técnica legislativa, esta, no geral, se encontra adequada aos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Deste modo, é de se reconhecer que as preocupações trazidas pelas proposições já citadas se mostram meritórias, uma vez que a proteção, inclusive em meios digitais, é garantida por nossa Constituição Federal (art. 5°, LXXIX).

Ante o exposto, o juízo desta relatoria coincide com o proposto e nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.300, de 2022, e do Projeto de Lei nº 5.269, de 2023, apensado, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MARCELO CRIVELLA Relator





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PRO PROJETO DE LEI Nº 1.300, DE 2022

Apensado: PL nº 5.269/2023

Altera os artigos 171 e 171-A, ambos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de estelionato e do crime de fraude eletrônica e inserir a fraudulenta organização, gestão, oferta ou distribuição de criptoativos ou outras moedas digitais não fiduciárias análogas a redação do art. 171-A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 171, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de estelionato e do crime de fraude eletrônica e inserir a fraudulenta organização, gestão, oferta ou distribuição de criptoativos ou outras moedas digitais não fiduciárias análogas a redação do art. 171-A.

Art. 2º O art. 171 e 171-A, ambos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 171
Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Fraude eletrônica

§2º-A. A pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes





sociais, contatos telefônicos ou envio de correio
eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio
fraudulento análogo.
" (NR)
"Art. 171-A Organizar, gerir, ofertar ou distribuir
carteiras ou intermediar operações que envolvam
criptoativos, ativos virtuais, valores mobiliários,
ativos financeiros ou outras moedas digitais não
fiduciárias análogas com o fim de obter vantagem
ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo
alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer
outro meio fraudulento.
" (NID)
" (NR)
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

de 2024.

Deputado MARCELO CRIVELLA Relator

de





Sala da Comissão, em